

Direito a outra cidade: favelas como táticas de resistência e transformação

Juliana Canedo

Doutora em Urbanismo PROURB | UFRJ, pesquisadora associada do Instituto Habitat Unit/TU-Berlin.

Contato: canedaju@gmail.com

Luciana da Silva Andrade

Professora PROBURB | UFRJ, coordenadora do Núcleo de atividades de pesquisas e extensão sobre o Morar - [na]MORAR e membro do CATÁ-LISE - coletivo de assessoria técnica a movimentos de lutas pela moradia.

Contato: luciana_andrade@ufrj.br

RESUMO

Entendendo as favelas como formas alternativas de resistência ao processo de produção capitalista da moradia, nosso objetivo neste artigo é compreender e analisar de que forma estes espaços podem ser vistos como contexto e sujeitos de uma construção coletiva de uma outra cidade, coexistente e ao mesmo tempo resistente ao modelo de cidade hegemônico. Nossa análise é feita a partir da ótica do arquiteto-urbanista insurgente e busca aprofundar de forma crítica como este profissional pode participar das lutas pela produção e transformação de espaços urbanos contra-hegemônicos. Para a nossa discussão trabalhamos com a favela situada Indiana, que se encontrava ameaçada de remoção pelo Município do Rio de Janeiro. Utilizando este estudo como eixo condutor da discussão e seguindo a metodologia de B.S. Santos (2007), Latour (2011[1991]) e Morin (1990), entendemos o campo como local onde se produz e pratica o conhecimento, e onde as distorções das generalidades são reduzidas.

Palavras-chave: favelas, resistência, papel do arquiteto

ABSTRACT

Understanding the favelas as alternative forms of resistance to the capitalist process of dwelling, our goal with this article is to comprehend and analyse in which way this spaces can be seen as context and agent of a collective construction of another city, coexisting and at the same time resisting the hegemonic model of a city. Our analysis is made through the lenses of the insurgent architect and urbanist and that seeks to approach in a deeply critic form how this professional could participate in the struggle for the production and transformation of urban spaces un-hegemonic. In our debate, we work with the favela Indiana, which found itself threatened with removal by the City of Rio de Janeiro. Using this study as an conductive axis of the discussion and following the methodology of B.S. Santos (2007), Latour (2011 [1991]) and Morin (1990), we understand the field as in place where knowledge is produced and put to practice, and in which the distortions of general thinking are reduced.

Key-words: favelas; resistance; role of the architect

Introdução

No Rio de Janeiro, assim como na maioria das grandes cidades do mundo periférico - e até mesmo o central -, a história recente de desigualdade no acesso à habitação está conectada com as constantes transformações promovidas por uma lógica capitalista de urbanização e seus ciclos de destruição e acumulação, que têm condenado repetidamente na história das cidades muitas pessoas à procura de meios informais de moradia e abrigo (Harvey, 2006 e 2011 [2000]).

Como C.N.F. Santos (1981) nos mostra, diferentemente do que o senso comum mediano apregoa, os pobres e excluídos urbanos tem o protagonismo de suas vidas, criando suas próprias alternativas e, mesmo quando não possuem um viés ideológico claramente definido, evidenciam as contradições e limitações do sistema capitalista na produção das cidades. Muito além das manifestações e discussões acadêmicas acerca das perversidades desse sistema, a ação dos moradores de favelas e outras periferias nos mostra alternativas práticas e criativas que podem e devem ser incorporadas na discussão de que tipo de cidade se quer construir.

Mundialmente, o fenômeno da informalidade¹ assume proporções cada vez maiores (Davis, 2006), e junto com ele obviamente uma série de problemas como a precariedade dos assentamentos urbanos, a falta de acesso a serviços e oportunidades, entre outros. A informalidade é uma estratégia decorrente das perversidades do sistema capitalista de desenvolvimento. No entanto, há que se observar atentamente que, dentro desses universos de estratégias – de certa forma “livres” –, podemos encontrar uma diversidade de elementos de inspiração, formas de convivência e acordos coletivos que muitas vezes estão espacializados no território.

Dizemos de certa forma livres, pois não pretendemos ignorar as instâncias de poder e hierarquia que



Fonte: Acervo Abricó

Favela Indiana

também se estabelecem nos espaços da informalidade. Desde o tráfico de drogas, milícias, aos movimentos sociais organizados, a construção desses espaços não é isenta de ordem e imposições. Porém, acreditamos que em cada um desses espaços se encontram elementos de resistência e ação criativa que, além de sobreviver, buscam formas de construir um espaço urbano que se dá através do diálogo, do conflito e da construção e transformação cotidiana das relações. É a partir dos caminhos e da potencialidade de se repensar a cidade nestes espaços que iniciamos nossa pesquisa.

Nossa pesquisa surge em um contexto de profundas transformações no Rio de Janeiro motivadas ou justificadas a partir de dois grandes eventos sediados na cidade: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Estas transformações vêm gerando um processo intenso de remoção dos pobres de áreas centrais para periferias cada vez mais distantes. Embora a prática das remoções não seja novidade em nossa breve história, a forma como têm sido feitas e as estratégias de luta pela permanência atuais possuem características muito específicas e que merecem ser aprofundadas.

Nossa análise é feita a partir da ótica da atuação do arquiteto/urbanista, buscando identificar de que forma este profissional pode atuar para auxiliar o acesso à moradia digna, minimizando riscos e potencializando soluções, e ao mesmo tempo realizando uma abordagem crítica com relação ao papel deste profissional no quadro atual.

Nossa crítica se fundamenta no distanciamento do profissional que realiza os projetos da prática das cidades ou do conhecimento profundo da realidade social onde pretende intervir. Buscamos uma aproximação, tanto do arquiteto/urbanista quanto do pesquisador com seu campo empírico. Trabalhamos com o autor C.N.F. Santos (1980, 1981[1979], 1986, 1988) e sua discussão acerca da alienação do arquiteto e urbanista e a defesa de um arquiteto mais atuante e conectado com o mundo onde intervém, que se compreenda como parte do processo de construção das cidades e não apenas seu único detentor.

Nós apoiamos também na discussão epistemológica de B.S. Santos (2007), Morin (1990) e Latour (2011 [1991]), buscando uma abordagem menos impositiva e mais engajada na relação entre a pesquisa e a empiria. O estudo destes autores foi fundamental para a construção do trabalho de campo e para o entendimento da importância de trabalharmos com caminhos abertos e com o imprevisível.

No desenvolvimento dos estudos que defendem o “pensamento complexo” (Morin, 1990), as “epistemologias do sul” (B.S. Santos, 2007) ou a “tradução” (Latour, 2011 [1991]), os autores vêm buscando compreender de que forma o conhecimento científico pode dialogar mais intensamente com a realidade. Este grupo de pensadores faz uma crítica à forma de construção do conhecimento tal qual a conhecemos e propõe um mergulho mais profundo na experiência ou experimentação do campo da empiria, não apenas como estudos de caso ou locais onde se verificam ou aplicam determinadas hipóte-

ses ou teorias, mas sim entendendo o campo como local onde se produz e prática o conhecimento. O diálogo entre teoria e prática deve se dar durante todo o processo da pesquisa, e é esta interação que irá sugerir os caminhos diversos da pesquisa.

É a partir deste lugar que procuramos propor nossa reflexão. Nosso objeto empírico foi determinante para a condução dos caminhos da pesquisa. E foi a partir da análise e da transformação provocada na pesquisa, na pesquisadora e na realidade que buscamos desenvolver este trabalho. Escolhemos trabalhar com uma favela ameaçada de remoção na cidade do Rio de Janeiro – favela Indiana – com a qual desenvolvemos um processo de aproximação desde o início de 2014, o qual descreveremos neste artigo.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar como os espaços de resistência, aqui representados pelas favelas, podem se configurar como potenciais de transformação social e espacial. É a partir deste universo de potencialidades que desenvolvemos este trabalho.

Para tanto, a aproximação intensa com o caso de Indiana foi fundamental. Não apenas para compreender os limites, complexidades e contradições da luta pela permanência da favela, como para abrir possibilidades de experimentação no campo do estudo e da prática da arquitetura e urbanismo, a partir da aproximação e atuação no sentido de realizar assessoria técnica de alunos, professores e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.

Indiana: Uma favela perdida

A ocupação do terreno onde hoje se situa a favela Indiana teve início nos anos 1950, no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) em 2013, Indiana possui 363 domicílios e 75 estabelecimentos comerciais, e localiza-se em

uma região dotada de infraestrutura, serviços e oportunidades de emprego.

A favela de Indiana é considerada uma favela de pequeno porte e se desenvolveu ao longo das últimas décadas sem ameaças declaradas de remoção. Embora desde a década de 1980 a favela tenha recebido alguns serviços e equipamentos públicos, como luz, pavimentação, coleta de lixo, creche e um CIEP, não houve grandes intervenções por parte do Estado em Indiana.²

Em 2012, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) apresentou uma proposta de remoção de toda a comunidade e reassentamento dos moradores que assim o desejassem em novas unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, no bairro de Triagem sob a justificativa de que esta se encontra em área de risco, devido à ocupação, por parte da favela, da FNA³ do rio Maracanã. Apesar disso, até o presente momento prefeitura não apresentou laudos técnicos completos e detalhados que comprovassem a situação de risco⁴.

Após a proposta da SMH, uma parte dos moradores aceitou as unidades habitacionais em Triagem, porém outra parte decidiu permanecer em Indiana. Esta divisão da comunidade, inicialmente, não representou um conflito, uma vez que os interesses de um grupo não se confrontavam com os interesses do outro. Após a saída dos primeiros moradores de Indiana, a Prefeitura iniciou um processo de demolição das casas vazias.

Estas demolições não tiveram início nas casas que ocupavam a FNA, mas sim no trecho denominado “miolo”, uma área passível de regularização segundo o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ)⁵ e fora da área de risco. Este processo, além de não seguir critérios claros predefinidos, como localização ou condições de habitabilidade das casas, por exemplo, gerou enormes transtornos aos moradores que permaneciam

na comunidade. Segundo relato dos moradores, os entulhos das demolições eram deixados no local, favorecendo a proliferação de vetores de transmissão de doenças. Além disso, muitas vezes as construções em favelas “apoiam-se” estruturalmente umas nas outras, e a demolição de uma casa pode desestabilizar a casa adjacente⁶.

Em vista de todos esses transtornos, o grupo de moradores que desejava permanecer na favela se reuniu e criou uma Comissão de Moradores. Esta comissão procurou o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Município (NUTH), e os moradores passaram a ser representados pela Defensora Maria Lúcia Pontes. A partir daí, a Defensora entrou com um processo e solicitou uma liminar que impediu temporariamente as demolições na favela.

Com a liminar concedida, as demolições foram interrompidas. No entanto, a SMH interrompeu também a entrega das chaves dos novos apartamentos para os moradores que desejavam sair de Indiana e que inclusive já haviam assinado o dossiê exigido pela Prefeitura oficializando o interesse. A SMH condicionou a entrega das chaves dos novos apartamentos à suspensão da liminar e ao retorno das demolições. A justificativa da Prefeitura para as demolições foi a de que os imóveis vazios poderiam ser ocupados por outras pessoas de fora da comunidade.

A Defensora e a Comissão de Moradores, por outro lado, defendem que as casas das pessoas que querem sair deveriam ser ocupadas por moradores de Indiana que se encontram de fato em áreas de risco ou condições de insalubridade, realizando um remanejamento interno na comunidade. Este impasse gerou um enorme conflito entre os dois grupos de moradores e a cisão da comunidade em dois lados.

Para auxiliar nas questões técnicas da luta dos moradores pela permanência em Indiana, a defensora buscou apoio na Faculdade de Arquitetura, por

meio de professores e alunos, além de outros técnicos voluntários em áreas como engenharia por exemplo.

Transformando o espaço construído

No início de 2014, iniciamos nosso processo de aproximação com Indiana, que faz parte de um trabalho que consolidou uma ampliação na rede de atuação dos processos de resistência existentes no local. Não apenas através da participação da universidade, mas também de técnicos voluntários independentes, outros órgãos do governo como o Instituto de Terras e Cartografias do Estado – ITER.

As primeiras atividades na favela em parceria com a universidade foram atividades de aproximação de apoio mais imediato às demandas emergenciais. Acompanhamos visitas técnicas com membros da Defesa Civil, por exemplo, buscando entender os critérios e justificativas da prefeitura para a remoção. Além disso, auxiliamos no processo de cadastramento dos moradores que desejavam permanecer em Indiana, realizado pelo ITERJ no primeiro semestre de 2014. Levantamentos físicos para melhor entendimento da favela, relatórios técnicos para dar suporte ao processo conduzido pela Defensoria Pública e inúmeras reuniões com os moradores, como a exibição de filmes em telão na praça de Indiana, festa de Dia das Crianças e outras atividades que favoreciam o encontro, a troca e um maior sentimento de confiança por parte dos envolvidos.

Durante esta aproximação, ficou claro que havia uma demanda dos moradores por um plano de urbanização que pudesse, por um lado servir como ferramenta de luta e demonstração de que seria possível a permanência, e por outro para que se colocasse no papel uma série de ideias que os moradores já tinham sobre melhorias no seu espaço urbano.

Para enfrentamento dos desafios de elaboração do plano de urbanização de Indiana, foi oferecida uma

disciplina inserida na grade curricular da FAU/UFRJ no segundo semestre de 2014, aumentando o número de estudantes envolvidos e a carga horária disponível de professores e alunos. Por envolver, além de todos os atores já citados, alunos e a estrutura da FAU/UFRJ, pudemos, por um lado, mergulhar de forma ainda mais profunda neste caso; por outro lado, a complexidade e as contradições de um processo coletivo se tornaram ainda mais latentes.

O objetivo principal para os professores envolvidos era o de oferecer aos alunos um exercício que envolvesse um engajamento e uma relação direta com o campo prático e que possibilitasse uma bordagem transdisciplinar, expandindo o conhecimento técnico previsto na grade curricular.

Este processo de imersão e de troca com os alunos levantou uma série de questões que foram fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Algo que nos chamou muita atenção é como o planejamento, elemento fundamental e intrínseco à nossa profissão, não consegue dar conta de uma realidade tão dinâmica. Desde o planejamento da disciplina até o desenvolvimento dos projetos em sala, inúmeras modificações tiveram que ser feitas ao longo do semestre para que adequássemos nossas expectativas às dos alunos, dos moradores, às exigências da universidade e a algumas urgências que surgiram ao longo do processo.

Outra modificação importante foi com relação à dinâmica de desenvolvimento. Os estudantes sentiram necessidade de estar mais presentes em Indiana, e decidimos então fazer a cada quinze dias uma aula em Indiana, onde eles poderiam conversar com moradores, esboçar os estudos desenvolvidos, conferir medidas e ter inspirações do local. Essas visitas frequentes foram fundamentais para o conhecimento da realidade de Indiana e para transmitir confiança aos moradores. No entanto, soube também que têm gerado alguns conflitos, uma vez que os moradores que desejam sair veem nos

estudantes e na universidade um empecilho à sua conquista da habitação pelo PMCMV. Esses conflitos não foram observados diretamente por nós, mas relatados pelos moradores da comissão.

Desde o início, mesmo partindo de um planejamento inicial, buscamos nos manter abertos e flexíveis às mudanças que poderiam ocorrer ao longo do percurso. Estávamos (professores e estudantes) cientes de que essas mudanças também faziam parte do processo de aprendizado e transformação mútua – dos indivíduos e da realidade –, e buscamos na medida do possível incorporá-las sempre que possível.

Esta abordagem de uma construção mais aberta e de certa forma imprevisível da construção do conhecimento científico e, especialmente, da atuação técnica na realidade complexa de uma favela carioca pode ser observada a partir do debate sobre a separação artificial das disciplinas, dos campos do conhecimento e da realidade híbrida defendido por Latour (2011[1991]) e B.S. Santos (2007).

Ao incorporar diferentes atores, possibilitar um caminho aberto de construção coletiva da disciplina, trabalhar não apenas com um estudo de caso, mas de fato dentro de uma demanda real, com pessoas reais que faziam parte da construção das soluções possíveis, buscamos realizar um exercício de ampliação do nosso entendimento enquanto arquitetos e urbanistas e de nossa atuação dentro de um espaço que havia sido constituído justamente na ausência de nossas normas, regulações e padrões técnicos. As contradições inerentes a este processo – e às nossas próprias convicções – se faziam presentes cotidianamente. Embora estivéssemos buscando trabalhar com a cooperação de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, por exemplo, nos víamos engessados a uma estrutura curricular preexistente, a uma carga horária inferior ao que julgávamos necessário, à necessidade de um sistema de avaliação (mesmo que subjetivo), à dificuldade de diálogo e entendimento de outras áreas técnicas, e, especial-

mente, à nossa falta de habilidade de dialogar com os moradores de Indiana.

Esta dificuldade era visivelmente recíproca e ora evidenciava um sistema hierárquico falsamente construído, onde supostamente nós da universidade detínhamos o saber, ora criava conflitos na medida em que há uma falta de valorização por parte dos técnicos (professores e estudantes) do saber construído pelos moradores. Apesar de nossos esforços para incorporar, ouvir e inserir as ideias dos moradores acerca das possíveis – e desejadas – transformações nos seus espaços, muitas vezes optamos por referências externas (de outros arquitetos que trabalham em favelas, por exemplo) ou em uma interpretação de nossos próprios desejos na materialização de projetos, ideias e imagens para Indiana.

Estas limitações e contradições nos dizem mais sobre como nossa sociedade se organiza de forma a invisibilizar os interesses e desejos de parte da população através de uma hierarquização do conhecimento, do que sobre as intenções ou a índole dos estudantes, professores, técnicos e moradores envolvidos. Ou seja, por mais abertos que estivéssemos, por mais consciência, debate e desconstrução, o sistema no qual estamos inseridos muitas vezes impede que transformações reais de fato ocorram.

Estas considerações, no entanto, não devem invalidar os processos, e sim nos motivar a seguir buscando outras formas de construir coletivamente conhecimento, transformação física e social, e de ampliar o diálogo entre aqueles que supostamente deveriam ser diferentes.

Pelo direito a uma outra cidade

Mais do que a luta pelo direito à cidade existente, ou seja, a partir do desejo de inclusão de parte da população que se vê ou é vista como excluída, propomos que as favelas podem ser utilizadas como táticas de luta pela construção de uma outra cidade.



Casas demolidas na favela Indiana



Fonte: Acervo Abricó

O que observamos é que muitas vezes a resistência não apenas se dá em oposição a uma determinada ação por parte do governo, por exemplo, mas também se trata de uma resistência pela autonomia e pelo direito de escolha e de voz nas decisões relativas à moradia e à cidade.

Portanto, para pensarmos nestes processos de resistência e luta, é fundamental compreendermos os diferentes contextos de cada um destes espaços, e também observar que há neles um enorme potencial de discussão e debate sobre a cidade. Esta discussão está presente não apenas quando movimentos sociais coletivos se organizam com demandas claras e objetivas, mas também nas práticas cotidianas de

grupos de pessoas que muitas vezes não estão agindo no intuito de produzir determinadas discussões, mas sim de melhorar sua qualidade de vida dentro de um sistema precário e frágil.

O que argumentamos, no entanto, é a existência de um potencial transformador, e não de uma transformação oriunda dos processos tratados. Ou seja, não basta reconhecermos que há ali elementos transformadores, é necessário agir coletivamente no intuito de potencializar determinados aspectos inerentes ao invés de sufocá-los reproduzindo lógicas de dominação e manutenção das desigualdades e segregação socioespacial.

Assim como podemos observar o potencial transformador desses espaços, também devemos destacar e atentar para o potencial de manutenção de um sistema impositivo e homogeneizante das cidades, que tem favorecido historicamente as elites mundiais, que tem favorecido historicamente as elites mundiais. No caso das favelas cariocas, sua própria existência foi fomentada e tolerada pelas elites e pelo poder público durante diferentes momentos da história justamente por servir aos interesses dos grupos mais poderosos da cidade, como por exemplo reserva de mão de obra barata, contribuindo para a manutenção dos privilégios desses grupos em detrimento da população pobre.

Também é importante ressaltar novamente as práticas capitalistas e análogas às práticas hegemônicas que ocorrem especialmente nos casos do que chamamos de resistência reativa. No caso de Indiana, por exemplo, podemos citar as estratégias utilizadas durante o conflito entre parte da população que aceitou as unidades do PMCMV e a parte que gostaria de permanecer.

Tomando o caso da favela Indiana como elemento de discussão, pudemos observar durante nossa aproximação que, se por um lado a luta pela resistência ao modelo de desenvolvimento urbano proposto pelo governo estava evidente no desejo de permanência na comunidade, por outro este movimento não foi unânime e representou a divisão dos moradores em dois grupos opostos: os que desejavam permanecer e os que desejavam sair de Indiana e receber um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida. A divisão em dois lados não deve, no entanto, ser vista de forma simplista e superficial como tendo de um lado aqueles que aprovam o modelo imposto pelo governo e de outro aqueles que defendem outra forma de desenvolvimento urbano. A aproximação com a realidade nos mostra que mesmo esta dualidade é construída e desconstruída cotidianamente e que há muitas nuances e muitas complexidades dentro de cada um dos grupos.

Embora as lideranças dos dois grupos opostos tenham tido que se identificar com um ou outro discurso de forma a unificar as demandas, o contato cotidiano com diversos moradores nos mostrou que o que movia cada um para um lado ou para outro estava muito mais relacionado com particularidades e interesses pessoais do que com uma visão de conjunto uniforme.

Da mesma maneira, em cada um dos grupos observamos estratégias no intuito de se beneficiar de um ou outro caso. Havia denúncias de moradores que aceitavam unidades do PMCMV, mas deixavam algum parente morando na casa em Indiana com o objetivo de adquirir mais uma unidade. Em outros casos, moradores que alugavam seus apartamentos para terceiros ameaçavam expulsar os moradores quando eram informados de que o processo de regularização fundiária só é possível quando o ocupante mora no local a ser regularizado. Solicitações de regularização de espaços coletivos, como a antiga sede da Associação de Moradores, em nome de um morador também eram recorrentes.

Essas aparentes contradições e particularidades não devem, no entanto, ser vistas de forma maniqueísta como estratégias perversas guiadas pelos próprios moradores. Em todos os casos, há uma justificativa dada por esses moradores para suas demandas, e muitas delas decorrem da extrema precariedade e vulnerabilidade a que estes sempre estiveram sujeitos.

Neste sentido, há que se colocar na equação os desejos e necessidade individuais e os coletivos. E em uma situação de conflito interno, como no caso de Indiana, isto se torna mais difícil. A Prefeitura vem se beneficiando e fomentando este conflito nos últimos anos, criando inclusive elementos que acirram a divisão interna da comunidade.

Durante o trabalho de aproximação da FAU/UFRJ com Indiana, fomos rapidamente vistos como estando de um determinado lado do conflito – o lado

dos que desejavam permanecer na comunidade. Isso se deu, pois de fato nossa atuação inicial surgiu a partir da demanda da Defensora Pública que representava a Comissão dos Moradores que desejava permanecer e, neste sentido, nosso trabalho foi o de auxiliar, através de relatórios técnicos e planos de urbanização, a defesa de permanência desses moradores. Tanto os membros da FAU/UFRJ envolvidos quanto a Defensoria e parceiros, no entanto, não se posicionaram contra aqueles que desejavam sair da comunidade. Reconhecemos que há também uma clara ideia das razões pelas quais aqueles moradores desejavam sair de Indiana, fossem elas pessoais ou relativas às condições insalubres a que estavam sujeitos. De qualquer forma, eram demandas legítimas e não necessariamente opostas ao desejo de permanente de parte dos moradores. Quem criou esta oposição foi a Prefeitura, ao condicionar a entrega dos apartamentos do Minha Casa Minha Vida à demolição das casas.

Há que se observar, portanto, que em um primeiro momento o surgimento e o desenvolvimento de Indiana se deram em um contexto de falta de alternativas formais viáveis para aqueles moradores. A partir daí o espaço urbano foi sendo cotidianamente construído a partir de concessões, decisões coletivas, imposições de determinados grupos ou do espaço físico, além de imposições do governo. A prática do direito à cidade se dá aí, neste processo de construção e transformação, mas também no momento presente, em que a ameaça de remoção força os moradores a assumirem a luta pela resistência ou a luta pela busca de outras condições – no caso, a aquisição de uma unidade do Programa Minha Casa Minha Vida.

Da maneira como enxergamos, atualmente ambos os lados estão em luta. E esta luta não é necessariamente por objetivos opostos. No cerne da questão está a luta pela autonomia, a luta pela decisão acerca de sua própria mobilidade. A prática do direito à cidade como direito às suas próprias escolhas den-

tro da cidade. De um lado ou de outro, trata-se da luta pelo reconhecimento desses moradores como cidadãos e, como tais, com voz e direito, seja de ficar e lutar por uma favela melhor, seja de sair e ter o direito a uma habitação dentro dos moldes propostos pelo governo. De uma forma ou de outra, a luta dessas pessoas também não se encerra aí. Garantindo a permanência ou o acesso ao Minha Casa Minha Vida, há que se permanecer na luta cotidiana por acesso a melhores condições nesses espaços, pela inserção urbana de fato desta população. E esta luta pode se dar de forma coletiva e organizada, ou pode se dar nas pequenas resistências do dia a dia praticadas há tanto tempo pelos pobres urbanos nas nossas cidades.

Outros tempos, outras ferramentas, outros atores, outros processos

“Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos que pensar estratégica e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar o que e com que ferramentas.” (HARVEY, 2011 [2000], p. 305)

Durante o trabalho de parceria com Indiana, nos deparamos constantemente com nossos limites e desafios enquanto técnicos, professores, pesquisadores e estudantes diante de uma atuação mais próxima da realidade. Estes limites vão além da nossa falta de prática em processos participativos ou em uma arquitetura mais ativista. Eles estão intimamente relacionados à relação entre a produção do espaço e a reprodução de lógicas de dominação naturalizadas em nosso sistema.

Esta reprodução se reflete diretamente nas nossas ferramentas, tempos e processos. Como defende Ferro

(1979), nossas ferramentas, especialmente a do desenho, servem como instrumento de alienação daqueles que efetivamente constroem os espaços por meio de uma separação entre aquele que pensa a cidade e aquele que a executa.

No caso das favelas, como Indiana, a ferramenta do desenho torna-se ao mesmo tempo elemento de opressão e de diálogo. Se, por um lado, os moradores tinham maior conhecimento e entendimento tanto da configuração urbana da favela como daquilo que desejavam como transformação e melhoria, por outro compreendiam a força de um desenho entendido como “Plano de Urbanização” como elemento de pressão à Prefeitura e como elemento de diálogo entre técnicos e moradores e entre os diferentes grupos de moradores.

Apesar das contradições entre o planejamento e a realidade dinâmica das favelas, o desenho se apresentava também como um produto concreto que simbolizava desejo e poder daqueles moradores. No entanto, o desenho demandado era um desenho elaborado coletivamente, e não um desenho imposto. O desenho/modelo imposto de vida, aqui representado pelo conjunto Minha Casa Minha Vida, havia sido rechaçado por parte dos moradores.

Nossa dificuldade de diálogo com os agentes reais da transformação dos espaços informais relaciona-se diretamente com nossa formação, que separa o que pensam dos que constroem e que entende planejamento e projeto como uma construção exclusivamente técnica e que exclui os usuários dos espaços do processo. Portanto, a desconstrução – no sentido da filosofia de Deleuze, Guattari e Derrida – de tudo aquilo que pensávamos saber foi diária, e o esforço para reorganizar e reconstruir coletivamente outras ordens de ações foi enorme. Portanto, a desconstrução – no sentido da filosofia de Deleuze, Guattari e Derrida – de tudo aquilo que pensávamos saber foi diária, e o esforço para reorganizar

e reconstruir coletivamente outras ordens de ações foi enorme.

Em nossa experiência com Indiana nos demos conta de que os tempos do projeto, da universidade, do poder público, não são condizentes com as urgências dos moradores que transformam seu espaço cotidianamente. Portanto, atuar em favelas é atuar em um espaço fluido e em constante transformação. A transformação do espaço construído não se dá em um espaço construído não se dá em um espaço estático, mas sim em um espaço que se transforma em uma velocidade muito maior do que as nossas ferramentas podem dar conta. Por outro lado, os moradores que conheciam e viviam aqueles espaços todos os dias dominavam de forma natural aquelas transformações. Era preciso, portanto, atuar na urgência, garantindo qualidade no trabalho proposto e ampliando o diálogo entre universidade e campo, pois para nós esta era a única forma de funcionar.

Neste sentido, o processo de aproximação com Indiana foi um processo de experimentação. Assim como acreditamos que as transformações cotidianas feitas pelos próprios moradores também se tratam de experimentações. Não havia um objetivo concreto ou possibilidade de elaboração de um plano rígido de ação, uma vez que nem os moradores ou os técnicos envolvidos sabiam exatamente quais as demandas que surgiriam ao longo do processo. O único elemento imutável durante todo o trabalho foi a tentativa de auxiliar os moradores em sua luta pela permanência em Indiana e melhorias de seu espaço urbano por meio de um processo participativo e coletivo.

Outro aspecto que ficou latente no desenvolvimento deste trabalho é a contradição de um processo participativo e nossa pouca – ou nenhuma – preparação para ouvir os não técnicos a respeito de propostas e soluções para seus problemas cotidianos. Pudemos perceber que, embora haja um esforço muito grande por parte dos alunos e dos profes-

sores, temos uma habilidade muito maior em ouvir e incorporar a visão dos moradores quando se trata da identificação dos problemas da comunidade. Mas para a proposição de soluções ainda continuamos muito centrados em nossas referências em outros arquitetos/urbanistas e pouco na experiência e vivência dos não arquitetos construtores de seu espaço. No caso de Indiana, assim como de várias favelas, os moradores têm ideias muito concretas sobre o que fazer para melhorar sua comunidade. As soluções vão desde grandes intervenções, como uma laje sobre o rio para área de lazer, até pequenas mudanças que impactam diretamente no cotidiano dessas pessoas, como a construção de um guarda-corpo em uma passagem improvisada sobre o rio e a substituição de postes que atrapalham a circulação em alguns becos.

O problema é que muitas dessas soluções vão de encontro a algumas questões que aprendemos na universidade e/ou com importantes pensadores das cidades. No entanto, não se trata do diálogo entre aqueles que dominam o saber e os que não dominam, mas sim dos conflitos entre formas de saber diferenciadas, uma mais pautada na experiência e na urgência do que a outra. O desafio está em como articular essas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos, temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Esta conciliação não é simples. Por diversas vezes ao longo do trabalho nos questionamos com relação às nossas próprias certezas enquanto arquitetos e urbanistas. Por outro lado, os moradores também tiveram que questionar suas certezas e repensar suas próprias lógicas.

A discussão sobre outra forma de enxergar e atuar na realidade das favelas passa também, portanto, por uma crítica e revisão de nossas próprias ferramentas, tanto enquanto pesquisadores, como enquanto profissionais. Ao nos depararmos com uma realidade dinâmica como a das favelas, per-

cebemos que elas não dão conta de apreendê-la de forma efetiva. Vemo-nos realizando adaptações de instrumentos pensados para outras realidade, outra temporalidade, outro contexto. E no máximo conseguimos chegar a uma série de aproximações⁷.

Acreditamos que, nas favelas e demais espaços construídos, de certa forma à margem de algumas das regras (estratégias) da sociedade, e onde as táticas aparentemente predominam, tornam-se mais evidentes as contradições entre uma visão externa e estática do mundo idealizado e o dinamismo do mundo real concreto.

Muitas das ações do poder público e de técnicos acerca das formas alternativas de habitação por parte da população pobre partem de uma lógica de que, ao colocá-las sob a mesma égide e sob as mesmas regras do restante da cidade, seus habitantes e seu habitat irão evoluir e atingir o status de “urbanizado” ou poderíamos dizer “civilizado”. Esta visão reforça a segregação tanto social quanto espacial, na medida em que coloca em diferentes níveis de evolução determinados grupos da sociedade.

A própria forma como o governo, respaldado por parte da sociedade, assume as soluções do problema da moradia no Brasil revela uma visão “domesticadora” do pobre. O Programa Minha Casa Minha Vida, a exemplo dos inúmeros conjuntos do BNH e outros programas, não leva em consideração a complexidade da moradia da população que se pretende atender da moradia da população que se pretende atender. Não considera, por exemplo, as dinâmicas de crescimento das famílias ou a necessidade de uso da moradia como local de trabalho. Andrade e Leitão (2006) desenvolveram um estudo sobre as transformações realizadas em conjuntos habitacionais para atender às necessidades dos moradores reassentados, no qual fica claro que não apenas os projetos para os conjuntos habitacionais não haviam levado em consideração as práticas e desejos dos moradores, como também que estes não

iriam simplesmente se submeter aos limites do espaço físico e adequar suas práticas cotidianas à nova configuração espacial imposta. Ao contrário disso, o que se vê é um constante processo de transformação que desafia os limites da construção técnica e em alguns casos coloca em risco a integridade física dos moradores.

Para além da crítica às ações dos moradores no intuito de transformar seus espaços físicos, é crucial a crítica aos projetos e especialmente aos processos de formulação e desenvolvimento dos espaços de moradia promovidos pelo governo ou por atores privados. A forma por muitas vezes ousada com que os moradores interferem nas construções evidencia a potência da cidadania insurgente defendida por Holston (2013), demonstrando que o domínio do espaço físico adquirido através de décadas de auto-construção não será facilmente reprimido pelo Estado ou pela elite.

Afirmar que não existe planejamento nas favelas seria uma imprecisão e uma visão superficial e homogênea do desenvolvimento das favelas. Conforme Silva (2005) demonstra, há uma diversidade de formas pelas quais as favelas cariocas surgiram e se desenvolveram, e muitas delas estiveram atreladas

a projetos de parcelamento do solo irregulares ou abandonados, entre outras estratégias que demonstram que a ideia de desenvolvimento puramente orgânico e espontâneo das favelas não é uma representação acurada da realidade.

A visão linear do tempo presente na prática do planejamento urbano não apenas não é condizente com a realidade dinâmica dos espaços estudados, como serve como instrumento de imposição e dominação.

A linearidade do tempo implica a ideia de evolução, progresso. A tentativa de imposição de um modelo físico predefinido e o entendimento de uma estrutura temporal de evolução se reflete no campo da atuação de técnicos nas favelas de forma a reforçar a segregação existente e impor um determinado modo de vida a esses habitantes da cidade. Para ele, quanto maior a diversidade de saberes e experiências, mais o presente se expande e o futuro se contrai. A diversidade de experiências pressupõe a existência de conflitos e diálogos. O autor propõe a troca de saberes e experiências entre técnicos e população, diferentes formas de trabalho e produção, diferentes sistemas de classificação diversidade e da multiplicidade disponíveis social, diferentes meios de comunicação.

O reconhecimento e a expansão da e possíveis trazem dois problemas. O primeiro é o da fragmentação da realidade e o segundo, derivado do primeiro, é o da “impossibilidade de conferir sentido à transformação social” (B.S. SANTOS, 2002, p. 261).

À medida que o trabalho se desenvolve, percebemos cada vez mais que é necessário encontrarmos formas de pensar junto com os moradores, de incorporar o dinamismo em nossos processos, de buscar pensar a partir de uma lógica mais aberta e livre. Como disse C.N.F. Santos sobre sua experiência em Brás de Pina.



Fonte: Acervo Abricó

Apresentação final do trabalho da disciplina Transformação do espaço construído em Indiana

De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia a dia individual e coletivo dos moradores. (C.N.F. SANTOS, 1980, p. 42)

Esse dinamismo não é exclusivo das populações mais pobres. No entanto, quando há necessidades latentes e um cotidiano que impõe decisões dia a dia, ele se torna mais forte. E talvez um dos caminhos seja buscar aprender com ele, afinal de contas os pobres já sabem como lidar com o imprevisível há tempos, nós é que procuramos a segurança do estático e do previsível.

Caminhos

Embora exista a participação de movimentos sociais em uma luta organizada que envolve diversos aspectos da transformação social urbana no Brasil, em muitos casos a necessidade por moradia vem antes de qualquer pensamento ideológico. As favelas muitas vezes não se apresentam como uma escolha de fato, mas como uma alternativa encontrada onde não há muitas opções. Não se trata, portanto, de uma escolha por uma vida coletiva, por outra forma de morar; trata-se muitas vezes, inicialmente, de sanar uma necessidade básica pelo abrigo, proximidade do trabalho, da família.

No entanto, pela marginalidade desses espaços com relação às regras impostas e criadas na nossa sociedade, faz-se necessário criar novas regras cotidianamente. A vida coletiva acaba por se fazer necessária, mas nem por isso menos conflituosa. Os ideais de solidariedade, autonomia, liberdade e comunidade que se constroem vêm, muitas vezes, a partir da exclusão.

Independente de esta forma de vida alternativa vir antes ou depois, da necessidade se sobrepor ou não à ideologia, o fato é que se constroem dinâmicas coletivas, alternativas fora do sistema formal do capitalismo neoliberal.

Acreditamos, portanto, que possa estar nas favelas as pequenas iniciativas de resistência e de repensar o sistema capitalista excludente, que juntas podem se fortalecer. São nos momentos e nos espaços de tensão e conflitos que as mudanças ocorrem. O encontro como confronto cotidiano de ideias e práticas está presente no espaço urbano (Lefebvre, 1994) e potencializado nas experiências coletivas de habitação.

O que podemos observar com o caso de Indiana, e tantos outros (não apenas de favelas e outras formas de habitar a cidade), é que seja como forma de resistência organizada, através dos movimentos de luta pela moradia e outras organizações coletivas, seja a partir de iniciativas individuais, os pobres da cidade encontraram formas de utilizar espaços vagos e sem interesse para o poder público ou para o mercado imobiliário, garantindo de certa forma o seu direito de habitação e sua inserção urbana.

No entanto, se por um lado a ação dos pobres pela moradia parece resolver a questão da grande massa excluída dos processos formais de acesso à habitação e à cidade, por outro acaba por gerar problemas mais complexos e de grande impacto social. A possibilidade de localização dos trabalhadores em áreas bem localizadas da cidade, mesmo que em condições de insalubridade, contribui para o barateamento da mão de obra e a precarização da qualidade de vida desses indivíduos (Maricato, 2009). Além disso, a criação de guetos de pobreza, onde o Estado está ausente, favorece a segregação socioespacial e a violência urbana, tanto dos habitantes desses guetos, sujeitos a poderes paralelos como a milícia e o tráfico, quanto dos demais habitantes da

cidade, que também se restringem aos seus guetos de riqueza (condomínios, shoppings etc.). Assim, buscam-se os espaços dos iguais, e vai se tornando cada vez mais restrito o convívio entre os diferentes, responsável pela diversidade da cidade.

Portanto, a luta pela permanência na moradia construída representa uma luta pelo direito à cidade, uma espécie de resistência ao processo cruel de “desenvolvimento” capitalista neoliberal. Ela representa as táticas dos habitantes mediante as estratégias rígidas da sociedade (C.N.F. Santos, 1988). Em uma sociedade onde as regras (estratégias) são normalmente impostas de cima para baixo, surgem ações de baixo para cima que permitem que a vida continue acontecendo à sua maneira (táticas) (Certeau, 1994 [1980] e C.N.F. Santos, 1988).

É a luta pelo direito à cidade, mas a uma outra cidade. Uma cidade mais igualitária, com menor segregação socioespacial, uma cidade não mercantilizada. Trata-se de autonomia, direito a mobilidade, direito a experimentação. A inclusão dos pobres da cidade no sistema deve ser pensada de forma a, a partir deles e suas vivências, revolucionar-se a cidade, e não garantir apenas o acesso àqueles que não o têm. É por uma outra cidade, por um outro urbanismo, por uma outra forma de relacionar-se, que seja construída cotidianamente por seus cidadãos. É pela valorização das conquistas, pelo reconhecimento das dinâmicas, pela possibilidade de se reinventar coletivamente.

A resistência ao projeto de cidade é uma resistência à imposição, à dominação. É uma afirmação de que existem outras possibilidades e formas de viver possíveis. A luta é por se inserir, mas não por se adequar. Os termos são ditados por aqueles que são livres, donos de sua própria história. Conforme afirma Holston (2013), a segregação de grupos de pessoas mobiliza a insurgência desses cidadãos. É a partir da situação de não pertencimento que se

constrói a possibilidade de outra forma de pertencer e conectar-se.

Neste sentido, não cabe reduzirmos a questão das favelas ao acesso à moradia, não basta ampliarmos a moradia e revelarmos a importância da inserção urbana no desenvolvimento do indivíduo urbano. É preciso em primeiro lugar entender a complexidade desse movimento, e respeitar a autonomia de cada grupo, de cada ocupação. É olhar para o conjunto e observar que enquanto movimento ele se fortalece, mas é também olhar atentamente para o particular e entender que, sem as especificidades e subjetividades de cada grupo, não existe luta. A relação da escolha do local de moradia não pode ser entendida, portanto, dentro de uma simples relação centro-periferia.

O espaço da favela pode ser visto, portanto, como um potencial espaço para a construção do utopismo dialético de Harvey (2011 [2000]). Para que nos tornemos “arquitetos rebeldes” na construção deste outro espaço urbano, de troca e de imaginação, precisamos trabalhar na construção de possibilidades políticas materializadas no espaço.

Notas de fim:

1. Consideramos o termo “informalidade” inadequado para definir a natureza das práticas populares. Nos espaços periféricos, existe formalidade e há informalidade nos espaços urbanos delimitados para as classes alta e média-alta. Entretanto, por falta de outro termo, seguimos o utilizando este, que deve ser considerado com essas ressalvas.

2. Em 1997, Indiana foi objeto do projeto Bairrinho – o correspondente do programa Favela Bairro para favelas de pequeno porte –, porém este não passou da etapa de Diagnóstico. O Diagnóstico Urbanístico foi realizado pelo escritório Arquitraço.

3. FNA: faixa non aedificandi.

4. Canedo (2012) e Azevedo & Faulhaber (2015) apontam como o argumento de ocupação em área de risco tem sido utilizado pela prefeitura do Rio de Janeiro nos últimos anos como justificativa para levar a cabo processos de remoção de áreas valorizadas da cidade.

5. O ITERJ iniciou um processo de regularização fundiária de Indiana em 2013.

6. Estas estratégias utilizadas pela prefeitura não são exclusivas de Indiana e foram documentadas por Azevedo & Faulhaber (2015)

7. C.N.F. Santos (1980) trabalhou as limitações e contradições do trabalho dos arquitetos em favelas.

Referências Bibliográficas

ALBERNAZ, P.; CANEDO, J.; MINTO, F. (2016) ‘*Transferência dialógica de saberes para melhoria habitacional: Urbanização da Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro*’. Artigo apresentado em II Congresso Internacional de Habitação Coletiva Sustentável, São Paulo, Brasil, 18-20 abril.

ANDRADE, L.S.; LEITÃO, G. (2006) ‘*Transformação*

na Paisagem Urbana: favelização de conjuntos habitacionais’, in: SILVA, R. C. M. (org.) *A Cidade pelo Averso: desafios do urbanismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Viana e Mosley.

ANDRADE, L.S. (2013) ‘*Para além da arquitetura possível nas favelas cariocas*’, in: Reverso de um espetáculo urbano: desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular. Rio de Janeiro: Casa 8.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. (2015) *SMH 2016 – Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

CANEDO, J. (2012) *Intervenções urbanas em favelas - o arquiteto no processo coletivo de construção e transformação das cidades*. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ. (Dissertação de mestrado).

CERTEAU, M. de (1994 [1980]) *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes.

DAVIS, M. (2006) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

FERRO, S. (1979) *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo: Projeto Editores Associados.

HARVEY, D. (2011 [2000]) *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, D. (2006) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HOLSTON, J. (2013) *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LATOURETTE, B. (2011 [1991]) *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: editora 34.

LEFEBVRE, H. (2001 [1968]) *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, H. (1994) *The production of space*. Oxford: Blackwell.

MARICATO, E. (2009) ‘*Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação*’, Caderno Metrôpoles, 11 (22): 33-52.

MORIN, E. (1990) *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.

SANTOS, B.S. (2002) *'Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências'*, revista *Crítica de Ciências Sociais*, 63 (out): 237-280.

SANTOS, B.S. (2007) *'Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes'*, revista *Crítica de Ciências Sociais*, 78 (out): 3 - 46.

SANTOS, C.N.F. (1981 [1979]) *'Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros'*, in: Valladares, L.P (coord). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, C.N.F. (1980) *'Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?'*, in: Velho, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

SANTOS, C.N.F. (1981) *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

SILVA, M.L.P. (2005) *Favelas Cariocas*. Rio de Janeiro: Contraponto.